

Subjetividade e democracia na organização da UFECO *

(Organização Florianopolitana de Entidades Comunitárias)

E

Em 1985 inicia-se, em Florianópolis, um processo de articulação para a formação de uma união municipal de entidades comunitárias, que acaba sendo constituída formalmente em 1987 com a denominação União Florianopolitana de Entidades Comunitárias (UFECO) - contando com a participação de setores das mais diferentes vinculações político-ideológicas, inicialmente com membros de organizações de moradores vinculados a CEBs, PT, PMDB, e outros partidos menores como PCB, PCdoB; recebendo, durante a sua constituição, novas adesões de organizações vinculadas ao PDS e PFL, ou os antigos conselhos comunitários. Tal união veio sofrendo uma série de conflitos e divergências, desembocando numa total ruptura ainda na sua fundação, e a formação de uma outra articulação formada por entidades ditas da "Periferia", com forte vinculação com a igreja (através das CEBs, agentes pastorais) e com setores do PT.

Com o objetivo de intervir diretamente nas políticas públicas tendo em vista a melhoria da qualidade de vida da cidade como um todo, a UFECO vem historicamente apresentando uma trajetória caracterizada por avanços e retrocessos, constituindo-se num exemplo da complexidade de um processo de expansão e consolidação da democracia.

Este trabalho pretende analisar algumas possibilidades e limites na atuação da UFECO, partindo do pressuposto de que os movimentos sociais ou organizações da sociedade civil são objetivações portadoras de um potencial de democratização da sociedade. Enquanto entidade que se propõe legítima representante das filiadas junto ao poder público, a UFECO vem historicamente sofrendo conflitos e variações na sua trajetória, processo esse que ocorre não apenas por sua inser-

Lígia Helena Hahn Lüchmann*

** Este Trabalho é resumo da dissertação de mestrado: Cotidiano e democracia na organização da UFECO (União Florianopolitana de Entidades Comunitárias). Florianópolis, UFSC, 1991. A pesquisa realizada abarcou o período de 85 a 90, tendo em vista as duas gestões da entidade (87-88 e 89-90). Orientador: Paulo Krischke
** Professora do Departamento de Ciências Sociais da UFSC.*

ção em determinado contexto social, como também por se apresentar enquanto espaço de diversidade de interesses, perspectivas e posturas individuais. Enquanto indivíduos que se pretendem representantes das organizações de bairro numa esfera pública em nível municipal, a importância da verificação do potencial democrático de sua atuação vem acompanhada da demonstração das ambigüidades destas relações. É neste sentido que o trabalho privilegia a dimensão da subjetividade.

A Constituição de “Canais Alternativos” em Florianópolis a partir de 85

Em Florianópolis, no contexto da “Nova República”, observa-se um rico processo de crescimento e expansão de organizações de bairro que vão historicamente desembocar na constituição de novos canais de participação e representação na esfera pública - ou no que KRISCHKE denomina de uma esfera pública “paralela”, ou seja, “como um campo ou território de negociações e representações por eles mesmos criados - o qual por sua vez interage com a esfera institucional (partidos políticos, Estado)”.¹ A constituição de organizações de moradores de caráter federativo aponta para uma inovação nas relações políticas do município, enquanto criação de novos canais, ou “canais alternativos” de legitimação da esfera pública - novos espaços reconhecidos social e politicamente, caracterizados pela autonomia da política institucional e pela participação e representação popular na gestão das coisas públicas.

Para compreendermos a organização e constituição de “canais alternativos” em nível de organizações de moradores em Florianópolis, é necessário remontar aos meados dos anos 70, quando no governo Geisel é criado o Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos (CSUs, 1975), como parte da estratégia do II Plano Nacional de Desenvolvimento do regime militar.² Em Santa Catarina, o então governador Antônio Carlos Konder Reis (ARENA, 1975-78) cria a partir de 77 a SAC (Supervisão de Ação Comunitária) ligada diretamente ao gabinete do governador e responsável pela implantação destes Conselhos Comunitários³ que passam a ser a tônica da política comunitária catarinense - sendo que em Florianópolis, mais especificamente, se observa alguns casos de resistência e oposição a este forte mecanismo de controle centralizado (política de “modernização conservadora”).⁴

A política de implementação dos conselhos comunitários - a quem competia, entre outras atribuições, co-gerenciar os respectivos centros sociais obedecendo às orientações técnico-administrativas provindas do governo do Estado⁵ - foi mantida no governo Bornhausen (PDS 78-82) quando a SAC é transformada em FUCADESC (Fundação Catarinense de Desenvolvimento de Comunidade), vinculada à Secretaria de Bem Estar Social; e no subsequente governo de Espiridiano Amin (PDS 82-86), cuja gestão se caracterizou por um grande apoio ao desenvolvimento dos conselhos comunitários.

Com o advento da “Nova República”, o Programa Nacional

de CSUs foi extinto e a coordenação dos centros sociais em nível estadual permaneceu a cargo da FUCADESC até a sua extinção no governo de Pedro Ivo Campos (PMDB 86-90), quando passam os convênios dos CSUs a serem absorvidos pela então criada Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Comunitário (STDC). No entanto, a partir de 84 ainda no governo Amin, os conselhos começam a sofrer uma redução de recursos que se acentua no governo Pedro Ivo, através de uma política que previa uma redução nos gastos públicos, incluindo cortes na manutenção dos equipamentos e pagamento de funcionários alocados nestes centros.⁶

Até 1985 a política estadual e municipal era totalmente controlada pelo PDS⁷, tendo o PFL ocupado alguns espaços como o controle da FUCADESC. No entanto, o PMDB vinha se sobressaindo desde 82, passando a fazer uma oposição sistemática também no que se refere às atividades dos conselhos, sendo que em 1985 um candidato do PMDB assume a prefeitura de Florianópolis. Esta candidatura teve apoio das entidades de bairro ditas “Independentes”, ou dissidentes dos conselhos comunitários - as quais vinham se articulando com outras entidades mais vinculadas à Igreja Católica através das CEBs, no sentido de congregar todas as entidades “autônomas” visando a formação de uma articulação federativa em nível municipal.

O quadro das articulações comunitárias em Florianópolis, em 85 demonstra uma riqueza de tendências, podendo-se distinguir de forma bastante esquemática e

considerando-se a grande mobilidade e diversidade entre elas, 3 linhas de atuação, quais sejam: os "Independentes", ou as entidades de bairro que não apresentam vínculos com o governo do Estado e buscam uma vinculação pluralista com o sistema partidário; os setores da "Periferia" ou mais vinculados às CEBs e posteriormente a setores do PT; os "Conservadores", entidades dependentes do governo do Estado via Conselhos Comunitários e relacionados preferencialmente com o PDS e o PFL.⁸

A articulação preliminar encabeçada pelos "Independentes" e "Periferia" vinha se dando a partir de 85, no sentido de promover discussões sobre os problemas do município, além da relação do "movimento comunitário" com a administração municipal. Assim, em 85 foi realizado um debate com os candidatos a prefeito, onde foram levantadas várias reivindicações, dentre elas a participação popular na administração pública, participação esta que vinha sendo a tônica de campanha do prefeito eleito pelo PMDB.

Com forte apoio de setores "Independentes", Edson Andrino vence as eleições propondo uma gestão participativa, na qual "o povo passará a ser o sujeito da administração municipal, atuando concretamente, através de diferentes formas de representação".⁹

Sendo esta uma reivindicação da articulação, o prefeito abre espaço para atendimento direto às organizações de bairro semanalmente, e para o conjunto das entidades populares bimensalmente, dando destaque à constituição de conselhos administrativos municipais com a participação de

representantes das entidades da sociedade civil.¹⁰ Membros da articulação passam a atuar na prefeitura com a criação de uma Coordenação de Movimentos Sociais, além de se fazerem representar em alguns conselhos como o Conselho Municipal de Turismo, Transporte e Desenvolvimento.

Em 86 são constituídas duas comissões pela articulação das entidades de bairro, sendo uma para organizar as discussões do orçamento municipal, e outra para formalizar a constituição de uma federação municipal de entidades de moradores, com o intuito de intervir diretamente nas discussões e deliberações das políticas públicas.

Destaca-se a grande expansão de associações de moradores em Florianópolis a partir de 85, num contexto social e político favorável: o conflito entre PDS e PFL no governo Amin, bem como a escassez de verbas federais para a manutenção dos conselhos comunitários, tornando-os sem verbas e prestígio perante algumas comunidades, sendo questionados por algumas lideranças que percebiam a sua vinculação político-eleitoreira; a ascensão do PMDB a partir de 82 em nível estadual com grande intervenção na articulação de associações de moradores, algumas inclusive em áreas de domínio dos conselhos; a abertura pela prefeitura de comunicação entre o prefeito e as entidades, bem como a representação comunitária na discussão do orçamento e nos conselhos municipais; e a articulação pró-federação, abrindo perspectivas de maior representação comunitária nas coisas públicas,

foram alguns fatores determinantes na constituição de novas entidades de moradores.¹¹

Além disso, havia também a crescente influência das CEBs na "Periferia", crescendo o número de entidades a elas vinculadas, principalmente as que apresentavam sérios problemas na legalização de posse de terras - cujas manifestações eram apoiadas pela então criada Comissão do Solo Urbano vinculada à Igreja Católica.

É importante destacar o agravamento, a partir dos primeiros anos da década de 80, das condições sócioeconômicas da população brasileira, sendo que em Florianópolis acentua-se consideravelmente o processo de urbanização, cujo problema da migração e expansão de favelas traz sérios conflitos na distribuição e legalização de terras, além da necessidade premente de equipamentos sociais e infraestrutura em uma série de bairros.¹²

A tais problemas somam-se as questões sócioambientais, uma vez que o potencial turístico da ilha vem sendo alvo de investimentos empresariais de grande porte, ameaçando o meioambiente e as condições sócioeconômicas e culturais da população local. Assim, além da crescente imigração da população do interior do Estado, uma forte especulação imobiliária nas praias vem determinando a expulsão das populações litorâneas ou "nativas", e seu conseqüente deslocamento para os bairros pobres da cidade.

Ainda o programa do Leite para Crianças Carentes, criado pelo governo Sarney e lançado em 86 através da distribuição de "tickets de leite" para as entidades

legalmente constituídas, é um fator que estimula a constituição de entidades comunitárias.

Neste contexto, a articulação vinha em 86 caminhando no sentido de expansão e fortalecimento da proposta de formação de uma federação municipal, que fosse "autônoma dos órgãos públicos, mas sua principal interlocutora em nome dos bairros".¹³

Ainda em 86 começam negociações partidárias para as eleições ao governo do Estado, sendo que setores conservadores do PMDB criam uma Federação de Associações de Moradores do Estado de Santa Catarina (FAMESC), com o apoio das federações municipais vinculadas ao PMDB (Lages, Criciúma), que passa a "atropelar" em Florianópolis o processo de formação em andamento pela articulação, sem uma representatividade nas bases, e com autonomia questionada devido a sua vinculação com o PMDB.

Com a crescente participação dos antigos conselhos nos fóruns de debate do orçamento da prefeitura, e agora com a entrada da FAMESC no processo, o setor da "Periferia" se afasta da articulação alegando a não representatividade e amadurecimento político do processo, e o "atrelamento" político-partidário (seja em relação à FAMESC; seja com relação a setores dos "Independentes" - que vinham participando ativamente na gestão de Andrino através da assessoria política aos movimentos e da representação nos conselhos municipais).

A União Florianopolitana de Entidades Comunitárias - UFECO, acabou sendo fundada no início de 87 com a participação dos

"Independentes" (representantes das associações da Lagoa, Ingleses, Monte Verde, Saco Grande, Agrônômica, entre outros) e "Conservadores" (10 conselhos comunitários), sendo justificada a participação dos primeiros pela importância do processo que estava se concretizando apesar do "adiantamento" pela FAMESC, numa perspectiva de impedir a tomada da direção pelos "conservadores", através da composição de uma chapa de consenso que reunisse as duas grandes tendências.

Fundada por 33 entidades, sendo 23 associações e 10 conselhos, elegeu-se uma diretoria relativamente paritária com certo equilíbrio na distribuição de cargos, com o intuito (e agora sem o apoio da "Periferia") de constituição de um órgão democrático com autonomia e efetiva representação dos bairros; uma entidade supra-partidária, de respeito às diferentes posições político-ideológicas, desde que não interviesse na política comunitária.

Apontando a "Periferia" como a responsável pela não conquista da maioria de cargos na diretoria, o grupo dos "Independentes" partia do pressuposto de que era possível evitar a hegemonia da entidade pelos "Conservadores" num processo de negociação constante não apenas na diretoria em si, mas entre esta e o governo municipal - uma vez que se colocava a entidade como representante legítima das organizações comunitárias - no sentido de fortalecer as lutas específicas de cada bairro e principalmente influir nas decisões das questões mais amplas do município, tais como transporte,

orçamento, saúde e meioambiente.

A saída do grupo da "Periferia" levou à criação de mais uma organização de caráter federativo (formalizada em 1989), formada apenas com as entidades de "Periferia", vinculadas à Igreja Católica (mais especificamente a um sacerdote progressista) e setores do PT, formando um Conselho com 12 entidades totalmente separado da UFECO - sendo esta tida pelos mesmos como uma entidade "atrelada" ao governo.

Além de assumir a representação popular nos conselhos municipais, bem como a coordenação de seminários para a discussão do orçamento, a UFECO, com a vitória do PMDB em nível estadual, vai gradualmente aceitando uma posição de dependência com respeito ao governo do PMDB, passando inclusive a ser vista como uma extensão do governo, ou substituta da antiga FUCADESC no repasse de verbas aos conselhos comunitários.

Assim é que, durante o primeiro mandato (87-88) os "Independentes" vão se afastando da diretoria, alegando o desvirtuamento da UFECO e o "atrelamento" da entidade ao governo do Estado, e passam a articular a partir de 88 uma chapa de oposição que sai vitoriosa nas eleições internas de 89. Agora com Amin na prefeitura, este grupo visa a reversão do quadro, com a retomada dos objetivos iniciais da UFECO, dando ênfase na sua autonomia face a órgãos públicos e partidos políticos; a importância da representatividade junto às bases, buscando legitimar-se enquanto interlocutora da Prefeitura sobre as questões gerais do município.

Avanços e Contrapontos na Trajetória da UFECO

A criação de uma federação de organizações de moradores com o intuito de reverter a lógica de atuação política tradicional (lógica do “clientelismo monolítico” ou mais recentemente do “clientelismo de massas”)¹⁴ paternalismo, assistencialismo, etc que encobrem as relações de poder, representa avanços na cultura política da população na medida em que rompe com o isolamento das diferentes organizações e lutas, superando práticas localizadas e interesses particulares tendo em vista a cidade como um todo. Trata-se de formas complementares e imprescindíveis de ação política em nível institucional, que no entanto, são extremamente vulneráveis pela sua inserção em uma complexa rede de relações e interesses estabelecidos - especialmente em se tratando de um país onde a esfera pública institucional apresenta grandes debilidades e distorções, carecendo de uma normatividade democrática efetiva.

Com a saída da “Periferia”, a articulação passa a ser gerida pelos “Independentes” e “Conservadores”, e a UFECO é fundada com uma série de fragilidades, já que a participação diminuída das organizações consideradas “combativas”, soma-se a conjuntura política (eleições estaduais), com a interferência da FAMESC minando uma fidelidade aos princípios de autonomia comunitária, em proveito de interesses político-eleitorais.

Assim é que a UFECO nasce com uma representatividade frágil, carecendo de uma discussão clara e aprofundada sobre a sua política de

atuação, discussão esta que fica na retaguarda de um processo onde a tomada da direção passa a ser prioritária, ou onde a disputa pela distribuição de cargos na diretoria centraliza os acontecimentos na sua fundação; disputa que acaba estabelecendo um determinado consenso com tolerância a uma determinada diversidade¹⁵ desde que submetida a uma unidade que tivesse em vista o “bem-comum” da coletividade.

Majoritariamente de classe média, com a diretoria na sua maioria constituída por funcionários públicos, a UFECO nos primeiros meses de mandato, preocupa-se com a estruturação da entidade, cuja sede, inicialmente em um conselho comunitário considerado de direita, passa, após alguns meses para uma sala da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Comunitário do governo estadual, com a manutenção e recursos materiais provenientes da própria Secretaria.

A participação nos Conselhos Municipais criados pelo governo Andrino, bem como a coordenação das discussões do orçamento municipal de 88 foram as atividades principais no primeiro ano do mandato (2 anos), além da elaboração de algumas propostas como a transferência de 10% do IPTU para as entidades organizadas (reprovada pela Câmara), ou ainda a participação em algumas reivindicações organizadas pelos filiados.

A não-elaboração e explicitação de uma política de atuação por parte da UFECO; a fragilidade na representação junto às entidades de bairro; somadas a uma gestão municipal que se pretendia popular

- com o preenchimento de cargos com militantes do “movimento popular” que procuravam abrir espaços às entidades representativas dos bairros, tornando confusa a própria questão da identidade do movimento - acentuam as dificuldades de representação municipal da entidade. Esta acaba em alguns momentos legitimando medidas de caráter antipopular, como o aumento em 1987 de 86% na passagem do transporte coletivo em virtude da defasagem ocasionada pelo Plano Cruzado, tornando ainda mais questionada a sua atuação perante a sociedade. Assim, apesar de participar nos conselhos municipais, de contribuir na organização das discussões do orçamento, da solidariedade de algumas lutas dos bairros, a UFECO não representou, não teve poder de mobilização e não fez crescer o movimento comunitário no primeiro ano de mandato.

No segundo ano, agora já sem a maioria dos “Independentes” que optam pelo “retorno ao trabalho com as bases”, os problemas se multiplicam com as eleições municipais de 88, sendo a UFECO utilizada por alguns de seus membros enquanto trampolim eleitoral, sendo vista por várias entidades como um verdadeiro cabo eleitoral.

A UFECO apresentava uma postura ambígua com relação à política partidária, já que, apesar de não assumir publicamente uma adesão em campanhas político-eleitorais, com claro discurso de respeito ao pluralismo, “colocando-se a entidade acima dos interesses político - partidários”, no sentido de evitar um processo de instrumentalização; ao mesmo

tempo, estimulou e apoiou candidaturas das mais diferentes configurações ideológicas, numa perspectiva corporativista, isenta de uma discussão mais aprofundada acerca das relações entre “política comunitária” e “política partidária”.

Acrescenta-se a participação da UFECO nas eleições da FAMESC, bem como a constante preocupação com problemas relacionados aos convênios dos Conselhos Comunitários com a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Comunitário (STDC), enquanto fatores de grande desgaste da entidade. Apesar da realização de alguns eventos como a organização de um seminário de saúde ou de um debate com o prefeito eleito (Amin, 88) com número expressivo de participantes, passou a ser vista como uma entidade “a reboque” da prefeitura e governo do Estado, sem representatividade municipal, constituindo-se num espaço de auto-promoção pessoal, perdendo totalmente a sua orientação inicial. É neste contexto de desmoralização da entidade que os “independentes” articulam uma chapa de oposição para a próxima gestão, vislumbrando perspectivas de alteração do quadro vigente.

Através de um discurso de “autonomia e independência”, este grupo inicia um processo de articulação com as várias entidades - muitas das quais afastadas já da UFECO; aumentando paulatinamente o número de aliados. Montada a chapa “Pró-UFECO independente”, pretende-se a retomada dos objetivos iniciais da entidade com a bandeira de respeitabilidade aos princípios democráticos tais como:

representação de base; discussão e negociação com autonomia frente ao Estado; respeito à diversidade desde que obedecidos os interesses maiores da coletividade; passando a ser a legítima representante das entidades de bairro junto ao poder público. Os “Independentes”, agora na direção da UFECO, buscam a reversão do quadro de “desmoralização” da entidade, elegendo a questão do transporte coletivo e do meio ambiente como prioridades, pela centralidade das mesmas no quadro de problemas apresentados pela cidade; além da solidariedade e participação nas reivindicações e mobilizações populares, e da luta por uma institucionalidade democrática, através da participação com representação nos espaços do poder público (Conselhos Municipais, por exemplo), mesmo que em posição de desvantagem para o movimento.

Além da “moralização da entidade”, do transporte coletivo e do meio ambiente, outras questões como a votação da lei orgânica municipal, o problema da habitação e saúde do município são objeto de atenção por parte da UFECO.

Enquanto ações que apresentam a perspectiva de “moralização da entidade” destaca-se o processo eleitoral com a vitória do grupo, através de uma postura que demonstrou seriedade e maturidade democrática na condução das eleições¹⁶, e vontade de recondução dos objetivos da entidade, bem como a elaboração de um jornal enquanto instrumento de divulgação, conscientização e fortalecimento do “movimento comunitário” que vão determinando uma paulatina reversão de sua imagem perante os filiados, fazendo crescer seu número

(atualmente com 78 entidades filiadas). Com o intuito de maior aproximação com as bases, o grupo inicia um processo de encontros com os dirigentes e membros das entidades filiadas, através de reuniões por regionais criando um espaço de troca de experiências, conhecimentos; de maior aproximação numa perspectiva de um fortalecimento do movimento.

Além do aspecto pedagógico; da possibilidade de atuação conjunta com outros bairros, esses encontros apresentam-se como um espaço de divulgação dos trabalhos da UFECO que, geralmente incompreendida pelos filiados - “o pessoal não sabe para que a UFECO foi criada”; passa a aumentar os vínculos, adquirindo determinada legitimidade perante as bases. No entanto, a postura da UFECO com relação a determinados problemas da cidade como transporte coletivo, meio ambiente e lei orgânica, vem demonstrando que a conquista gradual dessa legitimidade vem acompanhada de uma grande fragilidade na satisfação de suas reivindicações, não apenas pelo novo quadro da administração municipal¹⁷, mas também pela continuidade ou reprodução de uma série de fatores limitativos, apontados já na primeira gestão. Entre estes estão: excesso de atividades para um número reduzido de dirigentes; diversidade de interesses e conflitos no agir dos protagonistas; dispersividade de grande parte dos filiados; dominância de uma lógica de representação sobre uma lógica de participação.

A questão do lixo da capital é um exemplo da (des)orientação da UFECO, cuja atuação se dá a partir

do interesse pessoal de alguns dirigentes em detrimento de uma orientação geral da entidade, o que vem gerando conflitos nas suas deliberações. Na gestão municipal Amin é firmado um contrato com uma empresa privada (Formaco-Decorama), estabelecendo-se como depósito do lixo da capital uma área da empresa no município de Paulo Lopes, a 60 Km da capital. A participação da UFECO sobre o destino do lixo dá-se a partir do interesse de dois representantes, em detrimento de outros que temiam a ameaça de seus bairros voltarem a ser cogitados como locais para aterro do lixo.

As divergências sobre a questão do lixo no interior da entidade acabam desencadeando a realização de um "Seminário Sobre o Destino Final dos Resíduos Sólidos da Capital" em setembro de 90, com a participação de várias entidades de bairro, além da UFSC, MEL (Movimento Ecológico Livre), COMCAP e alguns vereadores concluindo-se pela implementação de um conjunto de soluções que envolvem o programa Beija-Flor¹⁸, a instalação de uma usina de reciclagem e compostagem do lixo, incinerador para o lixo hospitalar, além de aterro sanitário de apoio em área a ser definida por novos estudos técnicos. Muito mais do que a vontade de participar na resolução do problema, o seminário e suas deliberações serviram para legitimar determinada postura da UFECO, até então incompreendida perante a sociedade. Apesar de ainda participar de um seminário sobre o lixo promovido pelo IBAMA (Instituto Brasileiro de Amparo ao Meio Ambiente), o problema foi paulatinamente sumindo das

discussões e campanhas da UFECO, e o lixo continuando a ser depositado no aterro sanitário de Paulo Lopes.

A atuação em outras áreas como transporte coletivo, participação na elaboração da lei orgânica do município, em conselhos municipais, deu-se via de regra, permeada por limites e dificuldades caracterizadas não apenas pela dinâmica da política institucional (organização burocrática que tradicionalmente vem obedecendo à lógica clientelista oligárquica), como por ambigüidades do próprio movimento no fazer de sua prática política.

A UFECO e as Ambigüidades de uma Prática Política Democrática: subjetividade e democracia.

Como vimos, a UFECO vem historicamente apresentando avanços no sentido de romper com determinada hegemonia dos grupos conservadores e reverter uma lógica de clientelismo estabelecida, lutando para a concretização de um processo de generalização de uma prática política democrática, cujas ambigüidades vêm demonstrar a complexidade e dificuldades do processo. Questões como: pertencimento de classe/ subjetividade; autonomia/identidade coletiva; participação/ representação; legitimidade/ superação de uma ordem estabelecida, podem ser vistas como centrais na trajetória da entidade, cujo discurso - de caráter democrático-universal, objetivando não apenas na arena da política institucional, mas na cotidianidade da população uma expansão e consolidação da democracia (com todos os seus adjetivos) - não vem

sendo necessariamente concretizado na prática, não apenas pelos mecanismos e estratégias utilizados, mas pelo contexto político local (composição da câmara, ideologia dos dirigentes políticos, órgãos públicos, etc ...) e pelo nível de participação e conscientização política da população de maneira geral.

Por Uma Nova Institucionalidade: Contrapontos Num Processo de Construção da Autonomia

De acordo com Cardoso, "se a contribuição dos movimentos populares para a institucionalização da participação depende do contexto social, sua atuação como indutores de mudanças na cultura política da população está condicionada por sua autonomia".¹⁹ A luta por uma nova institucionalidade revertendo o atual quadro de "autonomização institucional", no sentido de fazer valer o princípio democrático de efetiva participação ou gestão dos cidadãos nas coisas do interesse da coletividade, vem sendo um dos objetivos da UFECO que acaba adotando uma postura ambígua de legitimação e superação.

Na primeira gestão, a participação nos espaços do governo municipal como conselhos municipais e elaboração do orçamento, acaba sendo muito mais de caráter legitimador de um governo de escassa projeção, do que decisiva na consecução de uma gestão democrática. A falta de representatividade perante as bases, ou de uma identidade comunitária; de uma política de atuação estabelecida, além da própria fragilidade do movimento comunitário florianopolitano de

maneira geral - somados a aspectos conjunturais como um governo municipal mais aberto às interferências populares e uma câmara de vereadores predominantemente conservadora - são fatores decisivos na instabilidade do processo de germinação de uma nova institucionalidade que, apesar de alguns avanços, acaba totalmente abafada no governo subsequente.

O fechamento dos "espaços populares" na gestão Amin ao mesmo tempo que desarticula determinada forma de relacionamento com o poder público, vai possibilitar uma maior identificação no conjunto da entidade enquanto pólo opositor, não apenas pela relativa homogeneidade político-ideológica dos seus dirigentes na segunda gestão - cuja recusa no estabelecimento de relações permanentes e oportunistas com os políticos profissionais ou aparelhos do Estado vem demonstrando o interesse de reforçar uma identidade comunitária em contraposição ao atrelamento e clientelismo com o Estado - como também pela maior visibilidade das relações de poder estabelecidas.

As reuniões por regionais, o jornal, a conquista no processo eleitoral vêm sendo fatores importantes na construção de uma identidade que, embora muito frágil e incipiente, torna-se imprescindível para uma atuação representativa e combativa, na luta por mudanças. A questão da autonomia torna-se fundamental nesse processo de constituição de uma identidade coletiva, no sentido de permitir um processo de rompimento com a lógica não apenas político-

institucional, como também de sujeição à cultura política dominante, fazendo valer os interesses populares na construção de uma nova institucionalidade.

Se por um lado a UFECO vem lutando por autonomia através do estabelecimento de uma relação com o poder público e partidos políticos enquanto cidadãos coletivamente organizados (tendo em vista uma participação na reordenação dos problemas da cidade, e não como conjunto de eleitores ou "indivíduos particulares"), mantendo uma atuação, portanto, com vistas à generalização de uma prática e cultura política democráticas junto à população (através de encontros regionais, reuniões com os filiados...); por outro,

**a dependência
financeira da UFECO
com relação ao Estado
demonstra a grande
debilidade desta
autonomia.**

DEMO (1947) alerta para o fato de que uma organização política competente "será mais facilmente realizada se procurar ancorar-se sobre alguma estratégia produtiva que gere recursos próprios. Caso contrário, tenderá a depender do Estado ou da boa vontade de outras pessoas".²⁰ A vulnerabilidade introduzida por essa dependência econômica, apesar de conhecida pelos dirigentes, acarreta um grande risco de desmantelamento estrutural da entidade por parte do Estado, como resposta à ameaça dos

movimentos sociais à manutenção do "status quo". Suscita também uma grande suspeita da sua autonomia por parte da sociedade, que muitas vezes entende a UFECO como um setor da Secretaria Estadual, dificultando a construção de uma identidade comunitária.

A ameaça não tem se realizado (já que o Estado vem mantendo a UFECO), até porque a opção por uma prática rotineira, baseada na negociação e "diálogo" com o poder público (seja municipal ou estadual) em detrimento de uma atuação mais combativa e coletiva (considerada impossível no atual quadro de "refluxo" do movimento), vem sendo fator de um relacionamento menos conflituoso e mais estável. Isto tem possibilitado uma maior entrada ou participação nos espaços do poder público, que acaba muitas vezes transformando o discurso opositor em uma retórica vazia, ou a propalada busca de uma nova institucionalidade em reconhecimento da vigente, legitimando, assim, as relações estabelecidas, como no caso da participação nos Conselhos Municipais.

Apesar de apresentar uma clara percepção da diferenciação entre "política comunitária" e "política partidária", numa perspectiva de reconhecimento da importância de ambas as esferas, a ênfase na representação vem acarretando uma atuação centralizadora e bastante desligada das bases - como nas discussões sobre a lei orgânica e na participação em conselhos municipais - apesar da realização de seminários (como o do lixo), que acabam sendo muito mais um espaço de legitimação perante a sociedade

de um posicionamento da direção da entidade.

O seu caráter de classe, bem como a diversidade de posições no interior da UFECO vêm sendo fatores importantes, não apenas no processo de construção de uma relativa autonomia e identidade comum, como nos avanços e descontinuidades do processo vivenciado pela entidade.

Pertencimento de Classe e Subjetividade

Uma das características apontadas como básica dos movimentos sociais, e aqui mais especificamente, dos movimentos de bairro, é o seu caráter extra-classe, ou seja, o fator de seu desenvolvimento não sendo proveniente da função que os membros exercem no seio do processo produtivo, mas pela necessidade que demonstram na reorganização do seu espaço de moradia tendo em vista uma melhor qualidade de vida, através de uma melhor distribuição dos serviços públicos; daí a grande heterogeneidade na composição social destes movimentos. No entanto, na medida em que os recursos públicos vêm historicamente sendo iniquamente distribuídos, surge o caráter de classe na determinação não apenas das diferenças de demandas, como de perspectivas e modos de agir. Exemplo disso é a existência de federações de moradores formadas por entidades de classe média e/ou alta e de classes baixas (favelas por ex.), nas diversas cidades do país

Em Florianópolis a divisão entre "Periferia" e UFECO alerta para essa problemática, sendo a segunda caracterizada pela primeira como

entidade de classe média, apesar de incluir um número expressivo de entidades "populares" na listagem de filiações. Questões mais prementes da própria sobrevivência dos moradores, como a posse e legalização de terras, falta de habitação e saneamento básico, são as demandas principais da "Periferia", e muito pouco freqüentes no rol de reivindicações da UFECO.

A questão da composição da diretoria da UFECO, majoritariamente de classe média²¹, vem de alguma forma determinando a sua atuação e o quadro de demandas, como a preocupação com o meio ambiente e o transporte coletivo, que abarcam o conjunto da cidade e atendem a todas as classes sociais, em detrimento de demandas mais específicas como a habitação e o saneamento, que acabam sendo objeto de uma intervenção mais localizada, na solidariedade a reivindicações de alguns bairros. Offe²² salienta a importância das classes médias enquanto protagonistas dos "novos movimentos sociais" (movimento ecológico, feminista, etc...), que buscam a reversão do quadro das relações sociais no sentido de uma forma de vida mais saudável, ecológica; menos opressora, instrumental. A importância das classes médias estaria no fato de seu maior acesso à informação e cultura, com elevados níveis educacionais e determinada estabilidade financeira, o que vai proporcionar maior potencial de crítica às relações estabelecidas e uma grande contribuição a um processo de radicalização da democracia.

No Brasil, a contribuição das classes médias a um processo de

democratização vem sendo historicamente demarcada pelo contexto social. Evers²³, por exemplo, demonstra a ambigüidade no comportamento político das classes médias no período de 63 em 77, ora aliando-se às classes dominantes ora às classes populares, demonstrando uma vulnerabilidade político-ideológica.

De acordo com Oliveira, as modernas classes médias vêm sendo o "agente técnico por excelência da 'administração da medida'²⁴", assumindo a função de "tradutor e articulador" das demandas, sejam elas dos movimentos sociais, dos interesses dos setores empresariais, ou do próprio Estado (enquanto técnicos do governo, assessores dos movimentos - ou políticos profissionais). A crescente participação das classes médias vem sendo observada também no plano das organizações de moradores, com grande importância para o processo de democratização da sociedade.²⁵

Pode-se apontar o caráter de classe como determinante na opção por uma prática institucional, de representação; em detrimento de práticas mais coletivas, de participação e mobilização, características das classes populares. Alguns aspectos como a aquisição de determinado "status" social, alto nível de instrução, vinculação profissional com o Estado (funcionários públicos) com maior possibilidades de "entrada" nos espaços do poder público (mais acesso; vinculações pessoais com políticos e chefes do executivo) podem ser apontados tanto como beneficiadores, como dificultadores de uma prática democrática. Se por um lado o aspecto educacional vem favorecer uma compreensão mais

ampla e crítica da realidade, assim como um quadro de valores mais universais; bem como a posição social e o relacionamento com o poder público maior penetração e abertura de negociação com o mesmo; por outro, o risco de centralização com uma postura de superioridade com relação às bases; o medo de perda do "status" (demissão, ameaças), além da cooptação, também apresentam-se com maiores possibilidades. No caso da UFECO, o bom relacionamento pessoal de alguns membros com setores do poder público, com convites para assumir postos no governo, vem demonstrar, além da centralização na elaboração e encaminhamento de algumas demandas, essa tendência.

No entanto, ao caráter de classe acrescenta-se a dimensão da subjetividade enquanto determinante das posturas e práticas políticas da entidade.

Independentemente de sua inserção em determinada classe social, os homens, cuja individualidade expressa seu caráter único e irreprodutível, apresentam necessidades que, marcadamente determinadas pela cultura e contexto social, podem e devem extrapolar uma dimensão particularística, tendo em vista o bem-estar da coletividade, ou uma determinada lógica de convívio social baseada em princípios libertários e/ou democráticos.

As diferenças de interesses, valores e perspectivas no interior da UFECO que vêm determinando o delineamento de sua trajetória, vêm demonstrar a importância da subjetividade, e principalmente, da constituição de uma nova

subjetividade para a expansão de um processo democrático. Na primeira gestão vemos indivíduos que, apesar do pertencimento comum às classes médias, apresentam posturas diferenciadas. Alguns com objetivos mais universais, de construção de uma nova relação política e expansão da democracia; outros voltados aos interesses pessoais, numa postura de contínuismo das relações estabelecidas, com práticas oportunistas tendo em vista seus interesses particulares e pessoais. Na segunda gestão, observa-se um agrupamento maior de indivíduos preocupados com a generalização de um processo democrático (apesar das contradições e dificuldades), cuja diversidade de concepções e práticas vem gerando conflitos e divergências, e conseqüentemente, descontinuidades e reordenações na trajetória da entidade. A questão do lixo é apenas um exemplo da influência da subjetividade no processo, subjetividade esta que parte de um determinado cotidiano, atingindo outras esferas num rico processo de entrecruzamento de objetivações sociais.

O entrecruzamento de novos conhecimentos e experiências vai permitindo um alargamento da visão das relações sociais, na constituição de novas individualidades e novas objetivações de caráter coletivo, fazendo assim, parte imprescindível de um processo de democratização da sociedade.

Possibilidades e Limites de uma Prática Política Democrática: A Superação de uma Cotidianidade

O homem nasce inserido no cotidiano adquirindo os hábitos,

valores e perspectivas de determinada realidade social, geralmente de forma a manter ou reproduzir a própria cotidianidade. Segundo Heller, "na vida cotidiana, a esmagadora maioria da humanidade jamais deixa de ser, ainda que nem sempre na mesma proporção, nem tampouco com a mesma extensão, muda unidade vital de particularidade e genericidade".²⁶ Os valores de utilidade para o consumo; a conformidade aos papéis sociais; a prioridade do privado em detrimento das coisas públicas e a transformação destas em interesses privados são características das sociedades ocidentais, num processo de dilaceramento da personalidade e do ser-comunidade. No entanto, é possível e necessário para um processo de transformação desta realidade a superação desta cotidianidade e a construção de novas formas de convívio social.

A constituição de "atores democráticos" torna-se um fator imprescindível no processo de democratização da sociedade, e dá-se a partir da troca de conhecimentos, influências, valores com as diversas instâncias ou esferas sociais. Assim é que os protagonistas da UFECO vêm passando historicamente por um processo de entrecruzamento de valores, conhecimentos, perspectivas, num contínuo crescimento e expansão de uma atuação político-comunitária.

A experiência junto a movimentos de CEBs por parte de alguns, ou a militância político-partidária, juntamente com uma atuação nas associações de seus bairros, ou ainda em movimentos sindicais por parte de outros, vem demonstrar um acúmulo de

experiências e reformulações no sistema de necessidades, desembocando no interesse para uma atuação em nível municipal, tendo em vista a contribuição na reordenação dos problemas da cidade. Alguns com posturas mais críticas e interesses mais universais; outros mais próximos a um pensamento e conhecimento cotidianos, com interesses mais voltados ao eu-particular; vão constituindo um agrupamento de indivíduos que, por mais ambíguos os seus interesses e mecanismos de satisfação, caracterizam-se por uma atuação política importante nos seus bairros, com avanços significativos no nível local de moradia.

Além de alguns avanços na atuação junto às suas associações de bairro, esses indivíduos vêm buscando a generalização de uma prática mais coletiva junto aos filiados, através de encontros e das reuniões por regionais, cujos espaços de troca de conhecimentos e de encaminhamento comum de reivindicações torna-se um potencial de superação de determinada cotidianidade desta população.

A conquista da direção da entidade por esse grupo é também exemplo de demonstração das possibilidades de práticas democráticas, cuja postura de caráter ético-jurídico, baseada em princípios democráticos de representatividade, alternância no poder e obediência às regras instituídas (estatuto), atestam não apenas uma maturidade na condução do processo, mas uma vontade na reordenação da atuação da entidade - tendo em vista a reversão de uma lógica particular-

corporativa dominante, para uma lógica de caráter coletivista-universal. Tal conquista demonstrou uma postura de "coragem cívica" desses atores.²⁷

Outras virtudes podem ser apontadas nas ações deste grupo, como a tolerância radical²⁸ quando da fundação, e principalmente na posterior retomada da direção da UFECO, numa perspectiva de conquista permanente de uma determinada hegemonia - que não significa uma anulação ou extermínio do adversário (no caso os "conservadores"), mas a denúncia da ilegalidade de suas ações, através de uma postura argumentativa, com busca de alianças com os que vêm demonstrando maior autonomia e adesão aos princípios básicos da democracia. Também o reconhecimento e procura de alianças com a "Periferia" significa tolerância, com algumas críticas àquela articulação como o seu isolamento e preconceito com relação à UFECO.

A solidariedade a outros movimentos e/ou reivindicações dos bairros filiados também faz parte do rol de virtudes da UFECO, que muitas vezes adota uma postura ambígua, não deixando claros os limites de sua atuação. O caso do lixo ou da habitação²⁹ demonstram a superficialidade das discussões sobre os problemas por parte da entidade, desencadeando ações mais preocupadas com a sua legitimidade perante interesses particulares da sociedade (caso do lixo), em detrimento de uma atuação mais ampla tendo em vista o bem-estar da população e a resolução a fundo do problema; e outras vezes conflitantes com outros movimentos (caso da

habitação), numa atuação cujas consequências vêm mais para legitimar uma atuação populista da Prefeitura, do que para beneficiar o movimento.

Enquanto possibilidades de uma generalização da democracia, essas virtudes vêm acompanhadas de limites, demonstrando as ambigüidades do processo.

A questão da subjetividade do processo, ou a relação particular/genérico vai determinar os conflitos e divergências no interior da entidade, com sérias consequências nas suas deliberações. Apesar de alguns demonstrarem claro interesse na superação das relações estabelecidas, com posturas de expansão e descentralização, outros mantêm a individualidade acima das questões coletivas, centralizando o trabalho e direcionando várias questões de forma pessoal.

O que se percebe é uma condensação de interesses e necessidades variados, desde a perspectiva de um cargo político por alguns até a autodeterminação da população por outros, que justificam determinada centralização pela não participação das bases, ou seu baixo comprometimento político-social.

O baixo grau de participação das bases pode ser vislumbrado nos seminários, nas reuniões extraordinárias e no processo como um todo, somado às dificuldades de construção de uma identidade comunitária, de representatividade e autonomia da entidade. Assim, além da diversidade de interesses no interior da UFECO, que se expande para os seus filiados, soma-se a fragilidade da representatividade dos dirigentes junto às suas comunidades e a pouca participação junto aos trabalhos da

UFECO. A opção por uma prática de representação neste quadro, somado a um poder público eminentemente conservador, faz com que as reivindicações da entidade não tenham sustentação política e social, num processo de interminável negociação caracterizado pelo eterno "empurra para frente" o seu atendimento.

Assim é que, se por um lado a entidade vem superando as antigas práticas de clientelismo (seja o tradicional ou "de massas"), revertendo aos poucos a sua imagem de "pelega" perante a sociedade, procurando maior representatividade perante as bases; por outro, os indivíduos que a compõe não conseguiram ainda estabelecer uma política de atuação nas diversas "frentes" em que atuam, demonstrando uma fragilidade que em alguns momentos vem beneficiar as relações políticas estabelecidas.

Ao caráter de classe, acrescenta-se a dimensão da subjetividade enquanto determinante das ambigüidades, possibilidades e limites desse processo, que ainda muito recente, pode ou não vir a se constituir enquanto efetivamente alternativo frente à institucionalidade vigente. A luta por uma próxima diretoria mais combativa e atuante vem junto com uma nova realidade política estadual, com a entrada de Vilson Kleinubing (PDS) no governo do Estado nas eleições de 1990, abrindo novas possibilidades aos "conservadores" - que afinal "estão adormecidos, mas não estão mortos". No entanto, apesar de seus poucos resultados em nível de reivindicações, a UFECO vem se estabelecendo enquanto espaço com potencial de democratização da

sociedade, na busca de uma generalização de uma nova cultura política, de participação coletiva nas coisas públicas, e daí de reorientação do cotidiano da população; como de constituição de uma nova institucionalidade, caracterizada pela efetiva e legal participação e representação popular em todos os assuntos que dizem respeito à coletividade.

Limitados pelo próprio cotidiano e pelas relações políticas mais amplas, esses atores representam um exemplo do inacabado processo de rupturas com uma cotidianidade dominante,

na superação de práticas e conhecimentos que sem um fim pre-determinado ou esgotado, caracterizam-se pela eterna vulnerabilidade da "liberdade do outro"³⁰, e daí, de suas próprias perspectivas e ações. Pode-se apontar os protagonistas da entidade como sujeitos que estão voltados à genericidade num complexo movimento de manutenção/superação das relações sociais. São um exemplo do movimento contínuo e contraditório de avanços e retrocessos que, concomitantemente, fazem mover a história das organizações políticas e sociais.

BIBLIOGRAFIA

ARRUDA GOMES, M. *Coletivismo no bairro: uma análise sobre o fenômeno da participação*. (Dissertação de Mestrado), Florianópolis, UFSC, 1987.

A REVOLUÇÃO da Classe Média.

Revista Senhor, n. 18, set, 1984 ed. Três.

BARREIRA, Irllys A.F. "Incômodos Hóspedes? Notas sobre a participação da Igreja e dos Partidos Políticos nos movimentos sociais urbanos". In: KRISCHKE, Paulo e MAINWARING, Scott (org.) *A Igreja nas bases em Tempo de Transição (1974-1985)*, Porto Alegre: L&PM, CEDEC, 1986.

BOBBIO, Norberto. *O Futuro da Democracia - uma defesa das regras do jogo*. 3. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BOSCHI, Renato R. *A Arte da Associação-política de base e democracia no Brasil*. São Paulo: Vértice, 1987.

BOSCHI, R.R. e VALLADARES, Lícia do Prado. *Problemas teóricos na análise de movimentos sociais: comunidade, ação coletiva e o papel do Estado*. *Revista Espaço e Debates*, n. 8, São Paulo, jan/abr., 1983.

CARIO, Silvio (coord.) *Avaliação Econômica e Social dos Programas de Alimentação Popular da Grande Florianópolis*. UFSC, 1987 (mimeo.).

CARDOSO, Ruth. "Movimentos Sociais Urbanos: balanço crítico". In: SORJ, Bernardo e ALMEIDA, M.T. *Sociedade e Política no Brasil Pós-64*. 2. ed., São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. "Movimentos Sociais na América Latina". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.3, n.1, 1987.

_____. "Os Movimentos Populares no Contexto da Consolidação da Democracia". In: REIS, F.W. e O'DONNELL, G.

- (org.) *A Democracia no Brasil - dilemas e perspectivas*. São Paulo: Vértice, 1988.
- CARREIRÃO, Yan de Souza. *Eleições e Sistema Partidário em Santa Catarina (1945-79)*. (Dissertação de Mestrado), Florianópolis, UFSC, 1988.
- DEMO, Pedro. "Riscos e Desafios de Processos Participativos". *Cadernos de Estudos Sociais*. Recife, v.3, n.1, jan/jun. 1987.
- DOIMO, Ana M. e BANCK, Geert. *Novas Forças, Velhos Limites? Estudo de caso de um Movimento Social Urbano*. In: ENCONTRO ANPOCS, 1986 (mimeo).
- EVERS, Tilman. "Face Oculta dos Novos Movimentos Sociais". In: *Novos Estudos CEBRAP*, v. 2, n. 4, abr. 1984.
- _____. *Sobre o Comportamento Político das Classes Médias no Brasil, 1963-1977*. In: KRISCHKE, Paulo (org.). *Brasil: do milagre a abertura*. São Paulo: Cortez, 1982.
- FLISFLISCH, Angel. *La Política como Compromisso Democrático*. Santiago, FLACSO.
- HELLER, Agnes. *Sociologia de la Vida Cotidiana*. Ed. Península, Barcelona: Península, 1977.
- _____. *O Cotidiano e a História*. 2. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2. ed., 1985.
- HELLER, Agnes e FERENC, F. *Anatomia de la Izquierda Occidental*. Barcelona: Península, 1985.
- _____. *Políticas de la Postmodernidad*. Barcelona: Península, 1989.
- JACOBI, Pedro. *Movimentos Sociais e Políticas Públicas*. São Paulo, Cortez, 1989.
- JAGUARIBE, Hélio. *Sociedade e Política. Um Estudo sobre a Atualidade Brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.
- KRISCHKE, Paulo. *Os Movimentos de Bairro de Florianópolis na "Nova República": para uma Teoria da Influência Cultural dos Movimentos Sociais na Transição Política*. Florianópolis: UFSC, 1990 (mimeo.).
- _____. *As Emendas Populares à Lei Orgânica Municipal de Florianópolis - uma Análise Preliminar*. Florianópolis: UFSC, 1990 (mimeo.).
- _____. *Movimentos Sociais e Democratização da Cultura Política: uma Revisão Conceitual*. Florianópolis: UFSC, 1991 (mimeo.).
- LECHNER, Norbert. *Los Patios Interiores de la Democracia - subjetividad y política*. Santiago: FLACSO, 1988.
- MATOS, Simone M. *O Processo de Formalização Jurídico-Institucional dos Conselhos Comunitários em Florianópolis (1977-1983): um Caso de Oposição Sistemática*. (Dissertação de Mestrado), UFSC, 1990.
- MEINICKE, Dymuth. *A Política Social no Município de Florianópolis nos anos 80*. 1990 (mimeo.).
- MELLUCCI, Alberto. *Los Movimentos Sociales y la Democratización de la Vida Cotidiana*. In: QUIJANO, Anibal et al. *Imágenes Desconocidas. La Modernidad en la Encrucijada Postmoderna*. Buenos Aires: CLACSO, 1988.
- NUNES, Edson. *Carências Urbanas, Reivindicações Sociais e Democracia*, in: ENCONTRO ANPOCS, 1987 (mimeo.).
- OFFE, Claus. *New Social Movements: Challenging the Boundaries of Institutional Politics*. *Social Research*, v. 52, n.4, 1985.
- OLIVEIRA, Francisco de. *MEDUSA ou as Classes Médicas e a Consolidação Democrática*. In: REIS, F. W. e O'DONNELL, G. op. cit. 1988.
- REIS, F. W.. *Consolidação democrática e construção do estado. Notas Introdutórias e uma tese*, In: REIS, F. W. e O'DONNELL, G. op. cit. 1988.
- SADER, Eder. *Quando Novos Personagens Entraram em Cena*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- SILVA-TELLES, Vera. *Anos 70: Experiências e Práticas Cotidianas*. In: KRISCHKE, Paulo e MAINWARING, Scott. *A Igreja nas bases em Tempo de Transição (1974-1985)*, Porto Alegre: L&PM, 1986.
- VIOLA, Eduardo J. *As Eleições de 1985 e a Dinâmica do Sistema Partidário em Santa Catarina*. *Cadernos de Ciências Sociais*, UFSC, v. 6, n.1, 1986.
- SCHERER-WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo. *Uma Revolução no Cotidiano?* São Paulo: Brasiliense, 1987.

Palavras-chaves: Representação popular, democracia, articulação, poder, subjetividade, autonomia.

NOTAS

¹ KRISCHKE, Paulo. *Movimentos Sociais e Democratização da Cultura Política: uma Revisão Conceitual*. UFSC, 1991, (mimeo.); p. 13.

- ² *Fazendo parte de uma estratégia de "atenuação dos conflitos resultantes das gritantes diferenças sociais existentes no país"* CÁRIO, Sílvio (coord.) *Avaliação Econômica e Social dos Programas de Alimentação Popular da Grande Florianópolis*. UFSC, 1987 (mimeo).
- ³ *Segundo entrevista com a Profa. Zulamar Castro (Pesquisadora do Departamento de Serviço Social da UFSC) a gênese dos Conselhos Comunitários em Florianópolis deve-se a um projeto acadêmico de formação profissional do Curso de Serviço Social já na década de 60, tendo a Igreja oferecido espaços para os primeiros trabalhos comunitários, seguida de órgãos do governo municipal e estadual. Neste sentido, muitas organizações de bairro já existiam quando da criação dos CSU's pelo governo de Konder Reis. Estes Centros Sociais Urbanos se constituíram como possibilidades jurídico-institucionais para realização de convênios - obtenção de recursos financeiros para execução de projetos comunitários, cogerência de Centros Comunitários Rurais e contratação de pessoal técnico e administrativo, inclusive Assistentes Sociais e outros profissionais. Não sem conflitos, esta nova política passa a interferir na organização comunitária até então existente.*
- ⁴ *Dentre algumas características destes conselhos, salienta-se o estatuto padrão; a nomeação dos diretores pelo governo; o repasse de verbas apenas às entidades inscritas na SAC. Na época tal política foi questionada por algumas entidades de bairro como a Associação de Moradores da Lagoa da Conceição. Ver sobre isso: MATOS, Simone M. *O Processo de Formalização Jurídico-Institucional dos Conselhos Comunitários em Florianópolis (1977-1983): Um Caso de Oposição Sistemática*. Dissertação de Mestrado, Florianópolis, UFSC, 1990.*
- ⁵ *Ver ARRUDA GOMES, M. *Coletivismo no Bairro: Uma Análise sobre o Fenômeno da Participação*. Dissertação de Mestrado; UFSC, Florianópolis, 1987.*
- ⁶ *De acordo com a ex FUCADESC, até 1986 existiam 31 conselhos comunitários atuantes em Florianópolis.*
- ⁷ *Ver VIOLA, Eduardo J. *As eleições de 1985 e a dinâmica do sistema partidário em Santa Catarina, Cadernos de Ciências Sociais, UFSC, 16(1), 1986.**
- ⁸ *O maniqueísmo observado nos discursos dos atores, uma vez que colocam as associações como entidades 'autônomas' e os conselhos como 'atrelados' deve ser relativizado, haja vista o emaranhado de relações e interesses nas diferentes entidades, seja associação ou conselho. Também pelo fato de alguns conselhos terem se desvinculado do Estado, alcançando alto grau de combatividade e autonomia, como por ex. o Conselho Comunitário do Monte Serrat, que lidera o movimento de "Periferia". Ver: MÜLLER, Katia T. *Organização de Moradores em Florianópolis numa Perspectiva de Necessidades Radicais*. Florianópolis, UFSC, (dissertação de mestrado), 1992.*
- ⁹ *MEINICKE, Dymuth. *A Política Social no Município de Florianópolis nos anos 80*. 1990 (mimeo.).*
- ¹⁰ *Conselhos Municipais de Cultura, Educação, Transporte, Turismo, Saúde e Desenvolvimento de caráter consultivo.*
- ¹¹ *Até 85 existiam cerca de 30 Associações de Moradores e 31 Conselhos Comunitários no município de Florianópolis, tendo sido fundadas mais 49 entidades de moradores a partir desta data (dados aproximativos da UFECO).*
- ¹² *Florianópolis apresentou um crescimento de 3,04% na década de 80, sendo que aproximadamente 90% da população encontra-se em área urbana (Dados do Anuário Estatístico do Brasil, 1989). De acordo com o IPUF (Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis), há uma carência de 30.000 habitações no município (em nível qualitativo e quantitativo).*
- ¹³ *KRISCHKE, Paulo. *Os Movimentos de Bairro de Florianópolis na "Nova República": para uma Teoria da Influência Cultural dos Movimentos Sociais na Transição Política*. Relatório Final, UFSC, junho de 1990 (mimeo.), p. 7.*
- ¹⁴ *De acordo com KRISCHKE, "o anterior clientelismo monolítico do regime autoritário, que incentivava a dependência unilateral das entidades de bairro junto ao partido do governo, é substituído por formas mais modernas e competitivas de "clientelismo de massas" - em que diferentes partidos e órgãos públicos competem pelo acesso às entidades de bairro, em troca de votos por políticas sociais" op. cit. (1991), p. 9.*
- ¹⁵ *A composição da chapa obedece a uma lógica de equilíbrio entre as duas tendências, tendo a presidência ficado a cargo de um "Independente"(PCB), além de outros cargos como secretário, tesoureiro (PT) e coordenadores de área(PMDB), alternados com membros do grupo dos "Conservadores" (PDS, PFL).*
- ¹⁶ *Este grupo adotou uma estratégia baseada na legalidade do processo eleitoral, uma vez que membros da outra chapa remanescentes da primeira gestão descumpriram o estatuto, falsificando filiações com o intuito de burlar a eleição e manter-se à frente da entidade.*
- ¹⁷ *A gestão de Espiridião Amin até 89, quando deixa o mandato para candidatar-se a senador nas eleições de 90, quando então assume a prefeitura o vice-prefeito Bulcão Viana (PFL). Com a entrada de Amin os espaços abertos por Andrino são fechados (com exceção da criação do Conselho Municipal de Saúde com participação popular e previsto pela SUDs), mantidos assim por Bulcão Viana, apesar de ser considerado mais 'aberto' e 'maleável' à negociação com o movimento popular.*
- ¹⁸ *O programa "Beija-Flor" partiu de uma iniciativa da UFSC, com participação da COMCAP e recursos do BNDS, e se*

coloca com solução alternativa para o problema do lixo através da triagem domiciliar, com amplo aproveitamento do lixo não apenas na sua transformação em adubo, como na reciclagem ou reaproveitamento de material inorgânico.

- ¹⁹ *Op. cit.* (1988), p. 379.
- ²⁰ DEMO, Pedro. Riscos e desafios de processos participativos. In: *Cadernos de Estudos Sociais*, Recife, 3(1), jan./jun. 1987; p. 84.
- ²¹ Dos 6 postos da diretoria executiva, 5 são ocupados por membros da classe média, sendo que todos são funcionários públicos, e 4 com nível de instrução superior.
- ²² O autor se refere ao conjunto de movimentos sociais da Europa, cuja característica, além da predominância das classes médias, é a informalidade e presença de grande número de pessoas. OFFE, Claus. *New Social Movements: Challenging the Boundaries of Institutional Politics*. *Social Research*, 52(4).
- ²³ O autor adverte para a complexidade nas determinações teóricas das classes médias, ou na sua precisa conceituação (o que as distingue das outras), classificando-as em "classes médias tradicionais" - pequena burguesia tradicional; e classes médias modernas - assalariados não-produtivos, ou empregados no setor de circulação e de serviços; funcionários do aparelho do Estado entre outros. EVERS, Tilman. *Sobre o comportamento político das classes médias no Brasil, 1963-1967*. In: KRISCHKE, Paulo (org.) *Brasil: do "milagre" à "abertura"*, São Paulo, Cortez, 1982, p. 83-102. *Sobre o comportamento das classes médias ver também JAGUARIBE, Hélio. Sociedade e Política. Um Estudo sobre a Atualidade Brasileira*. Rio de Janeiro, Zahar, 2. ed., 1986.
- ²⁴ OLIVEIRA, Francisco de. *Medusa ou as Classes Médias e a Consolidação Democrática*. In: REIS, F. W. e O'DONNELL (1988), *op. cit.*, p. 285.
- ²⁵ Ver BOSCHI, (1987), *op. cit.* *Sobre o maior comprometimento com a área social, ver também A revolução da*
- classe média, *Revista Senhor*, nº 184, de 26.09.84, Ed. Três.
- ²⁶ HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. RJ, Paz e Terra, 1985, p. 23
- ²⁷ Segundo Heller, a "coragem cívica" significa a valentia ao defender uma causa justa; ao tornar pública uma questão de interesse coletivo; ao questionar uma ordem que contradiga valores democráticos. HELLER, A. e FERENC, F. *Anatomia de la Izquierda Occidental*. Península, Barcelona, 1985.
- ²⁸ Outra virtude da democracia seria a "tolerancia radical", ou reconhecimento de todas as necessidades, formas de vida, desde que isentas da utilização de outros como meios ou de qualquer tipo de relação de dominação e/ou exploração. HELLER, A. e FERENC, F. *Op. cit.*, 1985.
- ²⁹ A PMF convida a UFECO para participar do então criado "Fundo de Integração Municipal para assentamento de famílias de baixa renda", gerido por um Conselho de Administração composto por 3 representantes da Prefeitura e 2 de Conselhos ou Associações Comunitárias. A UFECO assume as 2 duas vagas deste fórum acentuando os conflitos com a "periferia", bem como a lógica de ocupação de espaços institucionais de forma isolada e fragmentada.
- ³⁰ LECHNER, Norbert. *Los Patios Interiores de la Democracia - subjetividad y política*. Santiago, FLACSO, 1988.